

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Renováveis
Auditoria Interna

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA
INTERNA (RAINT)
Exercício 2021**

Brasília, março de 2022.

PRESIDENTE

Eduardo Fortunato Bim

AUDITOR CHEFE

Stênio Grangeiro Loureiro

DIVISÃO DE APOIO À AUDITORIA INTERNA

Gabriela Barbosa Ferreira

Raphael Souza de Melo

COORDENADOR DE AUDITORIA

Sinfrônio Sousa Silva

EQUIPE DE AUDITORIA

Antônio José Soares Júnior

Eric Fischer Rempe

José Mateus Ventura

Modemir Vieira Batista

Roberto Corder

Viviane Furlanes Alves Veludo

EQUIPE DE APOIO

Adriana Silva Pinheiro

André Teófilo dos Santos

Maria de Fátima Vieira de Queiroz

QUAL O OBJETIVO DO RELATÓRIO?

Trata-se do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) referente ao exercício 2021. Nele são apresentadas as informações sobre a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAINT) e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria realizados no ano de 2021.

A necessidade de disponibilização das informações no RAINT para as instâncias internas de governança (Conselho Gestor) e para os demais interessados, busca demonstrar a efetiva atuação da Auditoria Interna como parte da estrutura de governança da instituição, fortalecendo os pilares de transparência e prestação de contas.

O QUE VERIFICAMOS?

Os trabalhos da Auditoria Interna em 2021 envolveram tanto auditorias operacionais como auditorias de conformidade.

As auditorias operacionais têm o objetivo principal de avaliar os processos de gestão com busca na identificação de oportunidades de melhoria dos procedimentos e de agregar um valor qualitativo por meio dos resultados apresentados. Os esforços foram concentrados tanto na gestão do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF-APP), como na gestão dos Centros de Triagens de Animais Silvestres (CETAS).

O QUE IDENTIFICAMOS?

Com relação ao CTF-APP, considerando que o objetivo principal envolve a gestão de um banco de dados que disponibiliza informações sistematizadas de maneira a viabilizar o controle e proteção do meio ambiente, o principal ponto crítico envolve a integralidade dos dados. Dessa forma, as atividades de auditoria foram consideradas críticas para o atingimento da finalidade, devendo ser objeto de uma reavaliação na busca de aprimoramentos.

Sobre a gestão dos CETAS, observou-se avanço com a implementação do SISCETAS, em que pese haver a necessidade de evolução no quesito de infraestrutura disponível, haja vista a dificuldade das Superintendências na sua operacionalização.

ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

Recomendações atendidas

SEDE	86%
SUPES – AC	78%
SUPES – AL	89%
SUPES – AM	84%
SUPES – AP	96%
SUPES – BA	100%
SUPES – CE	91%
SUPES – ES	96%
SUPES – GO	74%
SUPES – MA	100%
SUPES – MG	85%
SUPES – MS	94%
SUPES – MT	100%
SUPES – PA	66%
SUPES – PB	100%
SUPES – PE	79%
SUPES – PI	92%
SUPES – PR	77%
SUPES – RJ	97%
SUPES – RN	84%
SUPES – RO	10%
SUPES – RR	95%
SUPES – RS	36%
SUPES – SC	76%
SUPES – SE	85%
SUPES – SP	83%
SUPES – TO	27%

O QUE VERIFICAMOS?

Sobre os trabalhos de auditoria de conformidade, cujo objetivo é verificar a legalidade dos atos de gestão, foram avaliados os contratos envolvendo aquisição de equipamentos, contratação de terceirizados, locação de veículos e contratação de serviços postais.

O QUE IDENTIFICAMOS?

A avaliação do contrato de serviços postais apresentou fragilidade nos controle das postagens emitidas, principalmente em relação ao mês de dezembro de 2020. Com relação à locação de veículos, observou-se falhas na fase de planejamento, uma vez que não houve uma análise crítica dos preços coletados para demonstrar a vantajosidade da contratação; bem como na execução contratual, considerando a necessidade de eventuais glosas e melhorias nos controles de atestes das faturas. A contratação de terceirizados foi realizada sem achados relevantes.

O QUE VERIFICAMOS?

Acompanhamento da gestão das superintendências por meio de um escopo de auditoria conjunto para avaliação das unidades do MA, AM, PA, BA, SP, RJ, MG e RS, com foco sobre os CETAS, contratação de veículos, jornada de trabalho de fiscais e bens apreendidos.

O QUE IDENTIFICAMOS?

Todos os achados relevantes refletem uma necessidade de mudança estrutural na gestão do escopo avaliado, considerando que os achados se repetiram praticamente em todas as superintendências avaliadas. Destaque para a necessidade de aprimoramento sobre a gestão dos bens apreendidos, considerando as fragilidades apontadas sobre os controles de inventários de bens, vistorias realizadas, e acompanhamento dos bens doados de acordo com a finalidade acordada.

Sumário

1. Introdução	6
2. Unidade de Auditoria Interna	7
3. Descrição dos Trabalhos de Auditoria Interna.....	8
4. Execução do PAINT 2021 e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria.	9
4.1 Auditoria Operacional na gestão Cadastro Técnico Federal (02001.005072/2021-00).....	9
4.2 Auditoria Operacional na gestão dos Centros de Tratamentos de Animais – CETAS (02001.005711/2021-29)	10
4.3. Auditoria de Conformidade no contrato 31/2019 firmado por pregão que trata de aquisição de ultrabook (02001.016261/2021-08)	11
4.4. Auditoria de Conformidade no contrato 22/2019 firmado por pregão que trata da Implantação de solução de modernização de ambientes do Ibama (02001.005312/2021-68)	12
4.5. Auditoria de Conformidade no Contrato 07/2020 firmado por pregão que trata do fornecimento de serviços continuados de assistentes administrativos e carregador de material, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva (02001.005309/2021-44).	13
4.6. Auditoria de Conformidade no contrato 01/2020 firmado por inexigibilidade que trata da prestação de serviços postais, telemáticos e de correspondência agrupada que são exercidos pela ECT (02001.005308/2021-08).	15
4.7. Auditoria de Conformidade do Contrato 48/2018 sobre locação de veículos utilitários, sem motorista, com fornecimento de combustível e pagamento mensal fixo mais quilometragem livre rodada (02001.005077/2021-24)	16
4.8. Auditoria de Gestão SUPES-MA (02001.016515/2021-80).....	17
4.9. Auditoria de Gestão SUPES-AM	17
4.10. Auditoria de Gestão SUPES-PA (02001.016518/2021-13)	18
4.11. Auditoria de Gestão SUPES-BA (02001.016512/2021-46)	19
4.12. Auditoria: Auditoria de Gestão SUPES-SP (02001.016534/2021-14).....	20
4.13. Auditoria: Auditoria de Gestão SUPES-RJ (02001.016523/2021-26)	21
4.14. Auditoria de Gestão SUPES-MG (02001.016516/2021-24).....	22
4.15. Auditoria de Gestão SUPES-RS (02001.016530/2021-28).....	23
5. Trabalhos de Auditorias realizados e não previstos no PAINT 2021.....	24
5.1 Auditoria Operacional nas concessões de diárias e passagens registradas no SCDP (02001.023105/2021-95)	24
6.Conclusão	25
Anexo I - Quadro resumo da execução dos serviços de auditoria realizados em 2021.....	27

1. Introdução

Como resultado do exercício das competências institucionais conferidas à Auditoria Interna do Ibama, este Relatório tem por objetivo apresentar as informações sobre a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAINT) e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria realizados no ano de 2021. Apresenta-se, também, a execução de ações críticas ou não planejadas que exigiram atuação direta da Unidade.

As informações contidas neste Relatório, além de atenderem à previsão do Plano Anual de Auditoria Interna 2021 (PAINT 2021), atendem ao que orienta a Controladoria-Geral da União (CGU) por meio da Instrução Normativa nº 05, de 27 de agosto de 2021.

São apresentadas as informações sobre a unidade de Auditoria Interna do Ibama, a descrição dos trabalhos de auditoria interna, os resultados consolidados dos benefícios decorrentes da atuação, e o quadro demonstrativo da execução dos serviços de auditoria realizados em 2021, contendo: alocação efetiva da força de trabalho; posição sobre a execução dos serviços de auditoria previstos, relacionando aqueles concluídos, não concluídos, não realizados e realizados sem previsão; descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos serviços de auditoria; demonstrativo do valor dos benefícios financeiros e do quantitativo dos benefícios não financeiros auferidos em decorrência da atuação da unidade ao longo do exercício, conforme as disposições da Instrução Normativa CGU nº 10, de 28 de abril de 2020.

Em relação ao Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade, em 2021, a Auditoria Interna teve como diretriz o plano de ação elaborado com base na autoavaliação sobre a maturidade da auditoria interna tendo por base a metodologia IA-CM. Inicialmente, com o objetivo de fortalecer a estrutura da Auditoria Interna, foi encaminhado, à área competente, a solicitação de realização de processo interno de recrutamento de servidores válido e credível para seleção de perfis adequados às atividades da Auditoria Interna. Para tanto, foi gerado o processo SEI 02001.020099/2021, contendo o pedido devidamente justificado, bem como sugestão de edital. Em complemento, desenvolveu-se, ao longo de todo o ano, o Plano de Capacitação da Auditoria interna, onde foram oferecidas 848 horas de treinamentos, conforme abaixo:

CAPACITAÇÃO - AUDITORIA INTERNA 2021			
Curso	Instituição	Servidores	H/A
Introdução ao Orçamento público	Enap	1	40
Responsabilidade Social e Sustentabilidade	Enap	1	8
Elaboração de Relatórios de Auditoria	Enap	3	90
Controles na Administração Pública	Enap	1	30
Análise e Melhoria de Processos	Enap	1	35
Microsoft Excel	Mateus Gualberto Cursos	1	14

Curso	Instituição	Servidores	H/A
Sustentabilidade na Administração Pública	Instituto Serzedello Corrêa	1	28
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Enap	1	40
Aperfeiçoamento em Prática de Trabalho em Equipe	Instituto Brasileiro de Educação	1	80
Contabilização de Benefícios	Enap	3	30
Técnicas de Auditoria Interna Governamental	Enap	1	24
Liderança e Gestão de Equipes	Enap	1	30
Tratamentos de Denúncias em Ouvidoria	Enap	1	20
Matemática Financeira	Enap	1	20
Semana da Inovação	Enap	1	28
Auditoria operacional	Instituto Serzedello Corrêa	1	60
Atividade Correccional	Enap	1	25
Processo Administrativo Disciplinar	Enap	1	20
Planilha de Custos em Serviços Terceirizados com Mão de Obra	CGU	1	20
Análise Ex-ante de Políticas Públicas	Enap	1	40
Gestão Pessoal - Base da Liderança	Enap	1	50
Bussiness Intelligence - BI	FIAP	1	40
Referencial Técnico da Auditoria Interna Governamental	CGU	1	20
Manual de Orientações Técnicas	CGU	1	40
Planejamento Individual de Auditoria Baseado em Riscos	CGU	1	16
TOTAL			848

As informações sobre o presente Relatório encontram-se consolidadas no processo SEI **02001.025847/2020-74** e no E-aud na tarefa **#893747**.

2. Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna é um órgão seccional da estrutura organizacional, ligado diretamente à presidência do Ibama, conforme previsto no Regimento Interno do Instituto. Por fazer parte do Sistema de Controle Interno do poder executivo federal, a auditoria interna está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica da CGU. Tem como principal função adicionar valor e contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da Unidade, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco, auxiliando os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados. Nesse sentido, o trabalho do auditor

interno permeia as fases das atividades do negócio, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos.

Interage diretamente com o Conselho Gestor do Ibama, sendo formalmente responsável pelo assessoramento no cumprimento dos objetivos institucionais, no apoio aos órgãos de controle interno da União e no acompanhamento, orientação, fiscalização e avaliação dos resultados institucionais nos seus aspectos de legalidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e dos recursos humanos do Ibama.

Cabe ressaltar que ao Auditor Interno do Ibama compete também o gerenciamento das atividades de Ouvidoria quanto ao recebimento, análise e encaminhamento das demandas da sociedade, conforme previsto no Regimento Interno do Instituto, sendo também atribuída à função de Autoridade de Monitoramento e mais recentemente a função de Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, conforme, nos termos do disposto da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, em razão de necessárias adequações ao Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, da Presidência da República.

No que concerne à capacidade operacional, cabe registrar que em 2021 a Auditoria Interna contou com 10 (dez) servidores em seu quadro, sendo: 06 (seis) servidores que desempenhavam o trabalho de auditoria, 02 (dois) que integravam o gabinete, o Coordenador de Auditoria e o Auditor Chefe.

3. Descrição dos Trabalhos de Auditoria Interna

Conforme o artigo 22 do Regimento Interno do Ibama, compete à Auditoria Interna, dentre outras atividades, acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar os resultados quanto à legalidade, à eficiência, à eficácia, à efetividade da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e dos recursos humanos do Ibama. O principal objetivo dessas atividades é aferir a regularidade e a eficiência da gestão administrativa, dos resultados alcançados em decorrência da aplicação dos recursos públicos, bem como se estes se encontram em conformidade com os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública Federal.

As ações de auditoria tiveram por objetivo fornecer avaliações independentes sobre os objetos de auditoria e fomentar o aprimoramento dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos. No exercício de 2021, as auditorias ordinárias foram planejadas em programas de auditoria próprios, cujos objetos foram criteriosamente especificados, levando-se em conta, além do cumprimento normativo, os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles e criticidade. Ademais, foram identificados e avaliados os riscos inerentes aos temas auditados. As vulnerabilidades encontradas, além de terem sido objeto de recomendação nos relatórios de auditoria correlatos, também serviram de subsídio para a definição das novas ações de auditoria para o ano de 2022.

4. Execução do PAINT 2021 e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria.

4.1 Auditoria Operacional na gestão Cadastro Técnico Federal (02001.005072/2021-00)

Relatório: 12/2022 (Sei 12141879)

Objetivo: avaliar o macroprocesso dos trabalhos relacionados à Gestão do Cadastro Técnico Federal com o intuito de identificar os riscos operacionais e os possíveis controles

Tipo: Serviço de auditoria

Período:

H/H: 560

Situação: Concluído

Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:

O trabalho identificou nove riscos, dos quais destaca-se: Desconhecimento da obrigação do usuário de se inscrever; Erro de enquadramento no CTF/APPP; Inserção de dados errados ou falsos; Inscrição indevida; Solicitação indevida de alteração de dados; Certificação com base em dados incorretos; e Não encerramento das atividades pelos usuários diante da efetiva paralização.

Esses riscos possibilitam a geração de inconsistências na base de dados do CTF, impactando diretamente a finalidade principal do cadastro que é a disponibilização de uma base de dados que viabilize a identificação das pessoas físicas e jurídicas e sua localização, em razão das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais por elas exercidas.

Com exceção da possibilidade de não cadastramento pelo desconhecimento da obrigação do usuário de se inscrever, o Ibama utiliza o procedimento de auditoria para como controle de mitigação para os riscos identificados.

Em que pese a relevância dos procedimentos de auditoria para garantir a integridade da base de dados do CTF, o que justificaria futuras auditorias operacionais com esse foco específico, ressalta-se que os resultados apresentados no 4º trimestre de 2020, 11.725 inscrições tiveram a respectiva situação cadastral alterada para “Encerrado”, o que correspondeu a 98,5% das auditorias. Tal fato sugere a necessidade de mudança nos procedimentos das inscrições a serem selecionadas, partindo-se para seleções probabilísticas que possam ser extrapoladas para todo o universo do CTF, possibilitando uma visualização mais real sobre a integridade da base como um todo.

Por fim, outro ponto de melhoria que poderia ser explorado em futuras revisões dos procedimentos de manutenção das inscrições no CTF, relaciona-se a

inserção da funcionalidade de suspensão das inscrições, como alternativa ao encerramento para os casos em que as atividades ficariam interrompidas temporariamente. Percebeu-se que no modelo atual, a eventual reativação de inscrições suspensas gera uma cobrança indevida de TCFA o que acaba aumentando o número de demandas administrativas para a correção dessas cobranças.

Benefícios não financeiros auferidos: Melhoria da integridade dos dados constantes na base do CTF proporcionando uma maior efetividade na finalidade do Cadastro Técnico Federal.

4.2 Auditoria Operacional na gestão dos Centros de Tratamentos de Animais – CETAS (02001.005711/2021-29)

Relatório: 10/2022 (Sei 11839784)

Objetivo: avaliar o macroprocesso de trabalho relacionados à gestão dos Cetás, com o intuito de identificar os possíveis riscos operacionais e respectivos controles.

Tipo: Serviço de auditoria

Período: abril/21 a fevereiro/22

H/H: 560

Posição: Concluído

Descrição dos fatos relevantes que impactaram a execução dos serviços de auditoria:

O trabalho da auditoria operacional efetuado sobre à gestão do CETAS identificou oportunidades de melhorias no que se refere à implementação de uma infraestrutura adequada que proporcione condições para a devida operacionalização do SISCETAS, e de procedimentos licitatórios capazes de dar o suporte adequado à marcação física, tratamento e transporte dos animais acolhidos e aptos à soltura.

Importante destacar a necessidade de treinamento dos servidores e funcionários envolvendo procedimentos de segurança para a adequada proteção individual e conscientização sobre a necessidade de usos de EPI (equipamentos de proteção individual), levando em consideração o risco frequente e inerente de entrar em contato com zoonoses. Além disso, é importante que todos os servidores e funcionários que trabalham em Cetás tenham em dia vacinas anti-rábica e anti-tetânica.

Um acompanhamento maior das condições e características das Áreas de Solturas de Animais Silvestres (ASAS) também se mostrou relevante, considerando a falta de procedimentos de controle relacionados à confirmação dos requisitos inicialmente aprovados no instante do cadastramento.

Benefícios não financeiros auferidos: Melhoria do processo de gestão do CETAS na medida da implementação do Plano de Ação para tratamento dos riscos identificados.

4.3. Auditoria de Conformidade no contrato 31/2019 firmado por pregão que trata de aquisição de ultrabook (02001.016261/2021-08)

Relatório: 18/2021 (10947057)

Objetivo: verificar e avaliar a gestão contratual do Contrato Administrativo nº 31/2019, celebrado entre o Ibama e a empresa LTA-RH Informática, Comércio e Representação LTDA., Processo nº 02001.021330/2019-72.

Tipo: Serviço de auditoria.

Período: agosto a setembro de 2021.

H/H: 800

Posição: finalizado.

Descrição dos fatos relevantes que impactaram a execução dos serviços de auditoria:

Verificou-se que a licitação ocorreu dentro do padrão de legalidade e o pagamento foi realizado de forma adequada, após o recebimento definitivo do objeto, em ordem cronológica adequada. Importa mencionar que a execução do Contrato nº 31/2019 ocorreu durante as restrições impostas pela pandemia causada pela COVID-19, assim, os colaboradores contratados realizaram suas atividades, na maior parte do período auditado em regime de trabalho remoto.

Quanto à regularidade do procedimento licitatório, não foram identificados indícios de direcionamento da licitação ou restrição a sua competitividade, e a aquisição se deu em consonância com o previsto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC).

Sobre a conformidade na execução contratual, a única ressalva foi a não publicação do contrato no sítio eletrônico do Ibama, item que foi corrigido durante os trabalhos de campo.

Em relação à atuação da equipe de fiscalização do contrato, há servidores formalmente designados para o acompanhamento e fiscalização da execução contratual designados por meio de portaria, não tendo sido identificadas alterações na execução do contrato.

No que se refere a efetividade dos controles internos administrativos estes se apresentaram satisfatórios.

Como boas práticas a serem citadas, foi identificado que todos os processos possuem relatórios de fiscalização emitidos pela equipe de fiscalização e que os

pagamentos foram efetivados após a emissão dos Termos de Recebimento Definitivo e Ateste das Notas, em observância aos apontamentos da fiscalização.

Como oportunidade de melhorias foi sugerida a elaboração de procedimento operacional padrão para a publicação das contratações de Tecnologia e Informação no Portal do Ibama, em atenção às boas práticas de transparência e publicidade dos atos administrativos.

4.4. Auditoria de Conformidade no contrato 22/2019 firmado por pregão que trata da Implantação de solução de modernização de ambientes do Ibama (02001.005312/2021-68)

Relatório: 29/2021 (Sei 11586757)

Objetivo: verificar e avaliar a gestão contratual do pregão que trata da Implantação de solução de modernização de ambientes do Ibama - contrato 22/2019

Tipo: Serviço de auditoria

Período: maio a julho de 2021

H/H: 800

Posição: finalizado

Descrição dos fatos relevantes que impactaram a execução dos serviços de auditoria:

Os exames foram realizados no Contrato nº 22/2019, celebrado entre o Ibama e a empresa SEAL Telecom Comércio de Serviços de Telecomunicações Ltda, processo SEI 02001.121438/2017-01. Durante a realização dos trabalhos verificou-se que existiam dois outros contratos (nº 30/2019 e nº 11/2020) com o mesmo objeto para ser implantado na sede nova do Prevfogo.

Foi observado possibilidade de melhoria no planejamento na contratação, dada a realização de três contratos em vez de apenas um, considerando que o valor empenhado foi referente aos três contratos e não apenas ao que foi efetivamente concluído.

Sobre a regularidade do procedimento licitatório, não foram identificados indícios de direcionamento da licitação ou restrição à sua competitividade, e foi feito estudo de demanda para a implantação de solução de modernização de ambientes diversos do Ibama.

Quanto à conformidade na execução contratual, a empresa contratada manteve as condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório, bem como as condições para a conclusão dos trabalhos.

O Contrato nº 22/2019 foi executado na sua integralidade, uma vez que os pagamentos foram acompanhados e atestados pelos fiscais e o termo de recebimento foi devidamente emitido.

Em relação à atuação da equipe de fiscalização do contrato, há servidores formalmente designados para o acompanhamento e fiscalização da execução contratual designados por meio de portaria.

No que se refere a efetividade dos controles internos administrativos aplicados e quanto aos controles adotados para verificar o pagamento das faturas devidamente atestadas, verificou-se que foram realizadas dentro dos padrões normais.

Os processos de pagamento foram adequadamente formalizados, apresentando as faturas devidamente atestadas, e os valores autorizados para o pagamento estão de acordo com os apontamentos da fiscalização e com o valor contratado.

4.5. Auditoria de Conformidade no Contrato 07/2020 firmado por pregão que trata do fornecimento de serviços continuados de assistentes administrativos e carregador de material, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva (02001.005309/2021-44).

Relatório: 19/2021 (Sei 10977858)

Objetivo: verificar e avaliar a gestão contratual, no ano de 2020/2021, por meio de auditoria de conformidade realizada no Contrato Administrativo nº 07/2020, celebrado entre o Ibama e a empresa Saga serviços terceirizados Eireli, CNPJ 07.533.840/0001-69, processo nº 02001.013369/2019-16.

Tipo: Serviço de auditoria

Período: abril a junho de 2021

H/H: 800

Posição: finalizado

Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos serviços de auditoria:

Em relação à regularidade do procedimento licitatório, não foram identificados indícios de direcionamento da licitação ou restrição a sua competitividade. Houve estudo de demanda para os perfis e quantitativos contratados, o piso salarial foi estabelecido baseado na pesquisa de preços realizada em conformidade com a legislação, as planilhas de custo de mão de obra estão adequadas, a descrição dos cargos terceirizados é compatível com o CBO, e há a declaração no ETP e no TR da inexistência de sobreposição da descrição dos cargos terceirizados com a da Lei nº 10.410/2002 (carreira de Especialista em Meio Ambiente). Em que pese a existência de algumas divergências entre o perfil identificado na demanda e o contratado, pode-se considerar que a contratação atende as necessidades da administração.

Quanto à conformidade na execução contratual, a empresa contratada manteve as condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório no momento da renovação do contrato, foram verificados a aderência a legislação das concessões de reajuste, repactuação e revisão, sendo identificado necessidade de melhoria no controle adotado para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no momento da renovação do ajuste, o qual se mostrou ineficaz por ter sido constatado reincidentemente a ausência da supressão de custos não renováveis por ocasião da análise da renovação contratual.

Sobre a atuação da equipe de fiscalização do contrato, há servidores formalmente designados para o acompanhamento e fiscalização da execução contratual designados por meio de portaria, não tendo sido identificados alterações na execução do contrato.

No que se refere aos controles adotados para verificar o cumprimento da jornada de trabalho dos empregados terceirizados, foi apresentado relatórios das atividades realizadas remotamente para cada colaborador e folha de ponto quando a prestação de serviços ocorreu presencialmente.

Os processos de pagamento foram adequadamente formalizados, apresentando as faturas devidamente atestadas, abertura de conta vinculada e os valores autorizados para o pagamento estiveram de acordo com os apontamentos da fiscalização e com o valor contratado mensalmente.

Em relação aos controles internos referentes a fiscalização contratual, foi identificado a necessidade implementação de controles referentes ao cumprimento das obrigações assumidas pela empresa contratada, pois tal fiscalização não é realizada.

Benefícios financeiros auferidos: o resultado do trabalho proporcionou uma diferença em favor da Administração no valor de **R\$ 105.125,80 (cento e cinco mil, cento e vinte e cinco reais e oitenta centavos)**, oriunda da identificação de ausência da supressão de custos não renováveis por ocasião da análise da renovação contratual, a qual foi prontamente corrigida após os apontamentos desta Auditoria, por meio de replanilhamento e supressão do aviso prévio trabalhado.

Benefícios não financeiros auferidos: o relatório preliminar de auditoria trazia como recomendação a necessidade de se implementar ações necessárias para que fossem executados os procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa n.º 05/2017 relacionada à fiscalização por amostragem das contribuições previdenciárias e do FGTS. A unidade se manifestou, por meio do Despacho n.º 10315235/2021-COASG/CGEAD/DIPLAN, na qual informa que foi inserido ao processo de fiscalização n.º 02001.000875/2021-60 a documentação por amostragem em que comprova o repasse das contribuições previdenciárias e do FGTS aos funcionários do contrato em questão. E ainda que esta fiscalização será realizada periodicamente, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução

contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

4.6. Auditoria de Conformidade no contrato 01/2020 firmado por inexigibilidade que trata da prestação de serviços postais, telemáticos e de correspondência agrupada que são exercidos pela ECT (02001.005308/2021-08).

Relatório: 17/2021 (Sei 10377849)

Objetivo: avaliar os atos e consequentes fatos de gestão ocorridas no exercício de 2020 e de janeiro/março 2021, no contrato 01/2020, assinado com a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), com valor estimado de R\$ 5.841.093,35 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e um mil, noventa e três reais e trinta e cinco centavos) para 60 meses.

Tipo: Serviço de auditoria

Período: abril a julho de 2021

H/H: 800

Posição: finalizado

Descrição dos fatos relevantes que impactaram a execução dos serviços de auditoria:

A escolha da realização de procedimento licitatório por inexigibilidade foi analisada tendo como base a Lei nº 6538/1978, os artigos 7º e 9º do Decreto nº 8016/2013 e o art. 25 da Lei nº 8666/93. Nesse sentido, verificou-se a regularidade no procedimento realizado. Quanto à execução, ocorreram algumas irregularidades pontuais que devem ser observadas e regularizadas, conforme constatações observadas a seguir:

a) identificação de cobrança fora do normal no mês de dezembro/2020, no valor de R\$ 342.999,98, correspondente 24.256 documentos, acarretando um aumento de 570% em comparação com o somatório do período de janeiro a novembro/2020.

b) falta das listas de postagens do Ibama/Sede referente a 27.994 documentos efetivamente pagos e que não constam das listas de postagens encaminhadas pela DIPLAN.

Apesar de identificar falhas pontuais, de forma geral, concluiu-se, com base nos processos analisados, que o procedimento licitatório e a execução e a fiscalização do contrato vem sendo conduzidas adequadamente.

Benefícios não financeiros auferidos: Necessidade de melhoria nos controles internos referente à documentação das listas de postagens dos documentos pagos pelo Ibama.

4.7. Auditoria de Conformidade do Contrato 48/2018 sobre locação de veículos utilitários, sem motorista, com fornecimento de combustível e pagamento mensal fixo mais quilometragem livre rodada (02001.005077/2021-24)

Relatório: 08/2022 (Sei 11786230)

Objetivo: avaliar a regularidade dos procedimentos licitatórios, a conformidade da execução contratual, a efetividade dos controles internos administrativos aplicados e a atuação da equipe de fiscalização do contrato.

Tipo: Serviço de auditoria

Período: abril a dezembro de 2021

H/H: 800

Posição: Finalizado

Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos serviços de auditoria:

Com relação à regularidade do procedimento licitatório e celebração do contrato, verificou-se que as etapas legais foram efetuadas, mas o processo de planejamento, com a elaboração do Termo de Referência e Pesquisa de Preços apresentou fragilidades, carecendo de estudos envolvendo alternativas de contratação voltadas para a diminuição dos riscos de indisponibilidade da frota por paralização do contrato. Ressaltam-se, ainda, oportunidades de melhoria nos processos de pesquisa de preços, com o objetivo de diminuir riscos de futuras restrições ao caráter competitivo da licitação.

Sobre o acompanhamento da execução contratual, percebe-se a necessidade de utilização de parâmetros objetivos de aferição da qualidade do serviço prestado, considerando as atividades realizadas na fase de justificativa para a renovação do contrato. Foram identificados, também, fragilidades nos controles relacionados à aplicação de glosas, tanto em relação às decorrentes da indisponibilidade de veículos, quanto das relacionadas a não operacionalização de glosas solicitadas pelos fiscais setoriais durante os atestes parciais. Importante destacar que tais situações são potencializadas quando existe um procedimento recorrente de ateste global antes dos encaminhamentos dos atestes parciais pelos fiscais setoriais nas respectivas unidades da federação, juntamente com a falta de capacitação dos agentes de fiscalização envolvidos.

Benefícios financeiros auferidos: Expectativa inicial de recuperação de recursos referentes às glosas envolvendo indisponibilidade de veículos no valor de R\$ 103.413,84 (cento e três mil quatrocentos e treze reais e oitenta e quatro centavos).

Benefícios não financeiros auferidos: Melhoria nos processos de fiscalização das execuções contratuais nas unidades da federação principalmente no que se refere ao controle de viaturas indisponíveis, controle de multas, controle de viaturas

disponibilizadas, controle de atestes das notas e definição de parâmetros objetivos para o desempenho do contrato.

4.8. Auditoria de Gestão SUPES-MA (02001.016515/2021-80)

Relatório: 05/2021 (Sei 11766482)

Objetivo: verificar e avaliar a gestão da Supes/MA, no ano de 2021, no que lhe aplica o escopo de trabalho previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Tipo: Serviço de auditoria

Período: setembro a dezembro de 2021

H/H: 600

Posição: finalizado

Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:

Sobre a gestão de bens apreendidos, os controles apresentados pela unidade estão adequados à gestão, apesar da existência de oportunidades de melhoria relacionadas a definição de um local adequado para a guarda e armazenamento dos bens apreendidos assim como de informações quanto a destinação dos referidos bens

Em relação ao controle de materiais e equipamentos do Prevfogo, bem como a utilização dos veículos da frota própria e locada, estes foram vistos como adequados, apesar da falta de um controle mais rigoroso da quilometragem e do combustível utilizado.

Sobre a jornada de trabalho dos agentes ambientais federais, observou-se que o assunto carece de regulamentação específica por parte da Coordenação Geral da Gestão de Pessoas.

Quanto ao funcionamento e gestão do Cetas constatou-se dificuldade para condução da unidade, principalmente no que refere à gestão financeira, recursos humanos e insumos.

Em relação às pendências de relatórios anteriores, estas foram sanadas.

Benefícios não financeiros auferidos: melhorias dos controles relacionados à gestão de bens apreendidos pela unidade, assim como sobre a jornada de trabalho dos agentes de fiscalização.

4.9. Auditoria de Gestão SUPES-AM

Relatório: 24/2021 (Sei 11562358)

Objetivo: verificar e avaliar a gestão da Supes/AM, no ano de 2021, no que lhe aplica o escopo de trabalho previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Tipo: Serviço de auditoria

Período: setembro a dezembro de 2021

H/H: 600

Posição: finalizado

Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:

Quanto à gestão dos bens apreendidos, os controles apresentados pela unidade foram considerados adequados, em que pese as oportunidades de melhoria relacionadas às informações contendo a destinação dos bens apreendidos nos inventários elaborados e a implementação de necessidade de vistorias envolvendo a destinação de bens doados.

Sobre a jornada de trabalho dos agentes ambientais federais, observou-se que o assunto carece de regulamentação específica por parte da Coordenação Geral da Gestão de Pessoas.

Quanto ao funcionamento e gestão do Cetas, verificou-se que a unidade, para suprir a falta de médico veterinário, contratou serviço veterinário por Ata de Registro de Preço com presença no local por 04 (quatro) horas/dia de um veterinário e de procedimentos e exames de diagnóstico. Assim como outras unidades, o Cetas/AM necessita de reforma e ampliações para executar suas atribuições.

Em relação às pendências de relatórios anteriores, as recomendações foram consideradas como implementadas.

Benefícios não financeiros auferidos: melhorias dos controles relacionados à gestão de bens apreendidos pela unidade, assim como sobre a jornada de trabalho dos agentes de fiscalização

4.10. Auditoria de Gestão SUPES-PA (02001.016518/2021-13)

Relatório: 01/2022 (Sei 11693898)

Objetivo: verificar e avaliar a gestão da Supes/PA, no ano de 2021, no que lhe aplica o escopo de trabalho previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Tipo: Serviço de auditoria

Período: setembro a dezembro de 2021

H/H: 600

Posição: Finalizado

Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:

Quanto à gestão de bens apreendidos, observa-se a ausência de controles adequados, envolvendo principalmente a ausência de inventário de bens apreendidos, desconhecimento das atribuições da comissão de bens apreendidos e a necessidade de acompanhamento da finalidade dos bens doados, em que pese a existência de dificuldades geradas por falhas na gestão pela Sede do Ibama, como por exemplo a falta de um sistema gerencial para controle dos bens apreendidos.

Em relação ao Prevfogo, foram avaliados os controles de materiais e equipamentos, bem como a utilização dos veículos de frota própria e locada. Constatou-se o mal uso de recursos públicos devido a não utilização de veículo novo adquirido com os recursos do Fundo Amazônia, o qual encontra-se parado enquanto gasta-se com veículos locados.

Sobre a jornada de trabalho dos agentes ambientais federais, observou-se que o assunto carece de regulamentação específica por parte da Coordenação Geral da Gestão de Pessoas.

Quanto ao funcionamento e gestão do Cetas, constatou-se que a unidade não envida esforços para a operacionalização do Cetas, em que pesa a disponibilização de recursos anualmente pelo PLANABIO.

Benefícios não financeiros auferidos: melhorias dos controles relacionados à gestão de bens apreendidos pela unidade, assim como sobre a jornada de trabalho dos agentes de fiscalização

4.11. Auditoria de Gestão SUPES-BA (02001.016512/2021-46)

Relatório: 4/2022 (Sei 11757538)

Objetivo: verificar e avaliar a gestão da Supes/BA, no ano de 2021, no que lhe aplica o escopo de trabalho previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Tipo: Serviço de auditoria

Período: setembro a dezembro de 2021

H/H: 600

Posição: finalizado

Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:

Sobre a gestão de bens apreendidos, os controles apresentados pela unidade estão adequados à gestão, apesar da existência de oportunidades de melhoria

relacionadas à definição de um local adequado para a guarda e armazenamento dos bens apreendidos assim como de informações quanto a destinação dos referidos bens.

A avaliação sobre os controles de materiais e equipamentos do Prevfogo, e da utilização dos veículos da frota própria e locada foram considerados adequados.

Sobre a jornada de trabalho dos agentes ambientais federais, observou-se que o assunto carece de regulamentação específica por parte da Coordenação Geral da Gestão de Pessoas.

Em relação ao funcionamento e gestão do Cetas, constatou-se dificuldade para condução da unidade, principalmente quanto a gestão de recursos humanos e insumos.

Em relação às pendências de relatórios anteriores, estas foram sanadas.

Benefícios não financeiros auferidos: melhorias dos controles relacionados à gestão de bens apreendidos pela unidade, assim como sobre a jornada de trabalho dos agentes de fiscalização.

4.12. Auditoria: Auditoria de Gestão SUPES-SP (02001.016534/2021-14)

Relatório: 28/2021 (Sei 11579529)

Objetivo: verificar e avaliar a gestão da Supes/SP, no ano de 2021, no que lhe aplica o escopo de trabalho previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Tipo: Serviço de auditoria

Período: setembro a dezembro de 2021

H/H: 600

Posição: finalizado

Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:

Quanto à gestão dos bens apreendidos, os controles apresentados pela unidade foram considerados adequados, em que pese as oportunidades de melhorias relacionadas à elaboração dos inventários de bens e as necessidades de vistorias sobre a utilização de bens doados.

Sobre a jornada de trabalho dos agentes ambientais federais, observou-se que o assunto carece de regulamentação específica por parte da Coordenação Geral da Gestão de Pessoas.

Em relação ao funcionamento e gestão do Cetas, a unidade, visando suprir a falta de médico veterinário, contratou, por Ata de Registro de Preço, com presença no local por 04 (quatro) horas/dia, 06 vezes ao mês, um veterinário e

procedimentos e exames de diagnóstico. Assim como outras unidades, o Cetas/SP necessita de reforma e ampliações para executar suas atribuições.

Benefícios não financeiros auferidos: melhorias dos controles relacionados à gestão de bens apreendidos pela unidade, assim como sobre a jornada de trabalho dos agentes de fiscalização

4.13. Auditoria: Auditoria de Gestão SUPES-RJ (02001.016523/2021-26)

Relatório: 02/2022 (Sei 11735752)

Objetivo: verificar e avaliar a gestão da Supes/RJ, no ano de 2021, no que lhe aplica o escopo de trabalho previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Tipo: Serviço de auditoria

Período: setembro a dezembro de 2021

H/H: 600

Posição: finalizado

Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:

A equipe de auditoria apontou que a gestão de bens apreendidos na Supes/RJ precisa de melhorias dado que não existem depósitos adequados para armazenamento de substâncias perigosas, tóxicas, explosivas e/ou inflamáveis apreendidas; os bens com fiéis depositários não são totalmente conhecidos; e vistorias não são realizadas regularmente, e quando vistorias são realizadas, não são gerados relatórios.

As compras e licitações do Prevfogo são realizadas nacionalmente, não sendo possível avaliar a qualidade dos controles de estoque destes na Supes/RJ. Em relação aos 2 (dois) veículos locados e aos 3 (três) veículos próprios, foi evidenciado seu uso durante 5 (cinco) a 6 (seis) meses do ano. Utilizando-se como base de comparação a quilometragem mensal a ser rodada pelos veículos locados do Contrato nº 48/2018 fixada em 2.400 km/mês, o uso médio anual da frota de 5 (cinco) caminhonetes foi baixo ao longo dos 19 (dezenove) meses de 2020 e 2021, perfazendo até julho de 2021, 77.087 km/frota/período (setenta e sete mil e oitenta e sete quilômetros pela frota no período), representando 34% trinta e quatro por cento) do ideal esperado de 228.000 km/frota/período (duzentos e vinte e oito mil quilômetros pela frota no período).

Sobre a jornada de trabalho dos agentes ambientais federais, observou-se que o assunto carece de regulamentação específica por parte da Coordenação Geral da Gestão de Pessoas.

Em relação a gestão do Cetas/RJ, verificou-se uma total reestruturação administrativa nos contratos de serviços terceirizados e de aquisição de alimentos, materiais, medicamentos e materiais veterinários. Não foi possível avaliar a gestão de servidores tendo em vista que a unidade não encaminhou informações sobre o quadro de servidores lotados no Cetas.

Ainda sobre o Cetas, a Supes/RJ aguarda a entrega das instalações de um novo Centro, a ser entregue pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro como condicionante do Licenciamento Ambiental do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Assim, reformas deixaram de ser realizadas, sendo apenas realizadas manutenções emergenciais. Observou-se que 34% dos animais que chegavam ao Cetas/RJ recebiam algum tipo de marcação física (anilha, microchip ou tatuagem), sendo que o restante seguia sem identificação, prejudicando o acompanhamento veterinário individualizado de reabilitação e facilitando os desvios, furtos e roubos de animais.

A Supes/RJ não encaminhou lista das Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) cadastradas, apesar de realizar a soltura de animais mensalmente e milhares de animais anualmente.

Benefícios não financeiros auferidos: melhorias dos controles relacionados à gestão de bens apreendidos pela unidade, assim como sobre a jornada de trabalho dos agentes de fiscalização. Oportunidade de melhoria ainda quanto à uma melhor operacionalização dos CETAS.

4.14. Auditoria de Gestão SUPES-MG (02001.016516/2021-24)

Relatório: 27/2021 (Sei 11566592)

Objetivo: verificar e avaliar a gestão da Supes/MG, no ano de 2021, no que lhe aplica o escopo de trabalho previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Tipo: Serviço de auditoria

Período: setembro a novembro de 2021

H/H: 600

Posição: finalizado

Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:

Quanto à gestão dos bens apreendidos, os controles apresentados pela unidade foram considerados adequados, em que pese a existência de dificuldades relacionadas à elaboração e manutenção dos inventários de bens apreendidos.

Em relação ao Prevfogo foram avaliados os controles de materiais e equipamentos, bem como a utilização dos veículos de frota própria e locada, e estes

foram considerados como adequados. Destaca-se como ponto positivo a abertura de processos para controle da movimentação dos veículos.

Sobre a jornada de trabalho dos agentes ambientais federais, observou-se que o assunto carece de regulamentação específica por parte da Coordenação Geral da Gestão de Pessoas.

Quanto ao funcionamento e gestão do Cetas, constatou-se que a unidade realiza a gestão compartilhada com o IEF-MG, por meio de acordo de cooperação, que vem gerando resultados positivos para a unidade.

Benefícios não financeiros auferidos: melhorias dos controles relacionados à gestão de bens apreendidos pela unidade, assim como sobre a jornada de trabalho dos agentes de fiscalização.

4.15. Auditoria de Gestão SUPES-RS (02001.016530/2021-28)

Relatório: 3/2022 (Sei 11735811)

Objetivo: verificar e avaliar a gestão da Supes/RS, no ano de 2021, no que lhe aplica o escopo de trabalho previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Tipo: Serviço de auditoria

Período: setembro a novembro de 2021

H/H: 600

Posição: finalizado

Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:

A gestão de bens apreendidos mostrou-se deficiente dadas as seguintes constatações: falta de local adequado para a guarda organizada e segura de bens apreendidos, os bens sob guarda dos fiéis depositários não são regularmente vistoriados; as informações sobre os bens não estão disponíveis para consulta, e nem atualizadas; não realização de doações e leilões de bens apreendidos "dados/declarados legalmente como perdidos"; não é feito o acompanhamento dos bens doados para verificar se de fato foi utilizado conforme previsto no Termo de Doação.

Sobre a jornada de trabalho dos agentes ambientais federais, observou-se que o assunto carece de regulamentação específica por parte da Coordenação Geral da Gestão de Pessoas.

Em relação ao Cetas/RS, a equipe verificou que se encontra instalado em local impróprio, segundo o zoneamento constante do Plano Diretor de Ordenamento Urbano de Porto Alegre, sendo necessária sua transferência para outro local. A Supes/RS está em busca de outro local para realizar a mudança. Também foram observadas as seguintes situações: necessidade de uma equipe formada por biólogo,

servidores, parceiros ou terceirizados; necessidade de atendimento noturno aos animais; e a recomendação de que mais áreas de soltura sejam cadastradas e avaliadas quanto ao seu potencial de soltura, incluindo a indicação de espécies ameaçadas a serem soltas nestas áreas.

Benefícios não financeiros auferidos: melhorias dos controles relacionados à gestão de bens apreendidos pela unidade assim como sobre a jornada de trabalho dos agentes de fiscalização

5. Trabalhos de Auditorias realizados e não previstos no PAINT 2021

5.1 Auditoria Operacional nas concessões de diárias e passagens registradas no SCDP (02001.023105/2021-95)

Relatório: 11/2022 (Sei 12107694)

Objetivo: avaliar a regularidade das concessões de diárias e passagens registradas no SCDP.

Tipo: Serviço de auditoria

Período: novembro a dezembro de 2021

H/H: 200

Posição: não finalizado

Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos serviços de auditoria:

A maioria das viagens realizadas pela alta administração possuem compatibilidade com a agenda oficial e justificativas, em que pese a necessidade de melhoria nas orientações relacionadas às justificativas apresentadas. Também foi identificada oportunidade de melhoria quanto à antecedência na solicitação, de maneira a buscar uma redução das viagens urgentes o que impactaria numa melhor economicidade.

Destaca-se que não foi identificado obrigação legal que impeça a realização de viagens com origem fora da lotação do proposto, e que foi evidenciado o risco dessas situações ocasionarem prejuízo ao erário. Nesse sentido, considerando que podem existir situações com eventuais benefícios, concluiu-se pela necessidade de melhoria dos procedimentos de controle na busca de mitigar a concretização do risco apontado.

Benefícios não financeiros auferidos: Melhoria dos procedimentos de controle relacionados à compra de passagens para situações que envolvam a origem da viagem fora da lotação do proposto, assim como melhoria dos controles relacionados à aprovação de viagens com justificativas mais fundamentadas.

6. Conclusão

Durante o ano de 2021 a Auditoria Interna do Ibama despendeu esforços para o aprimoramento das suas atividades, tendo como foco a melhoria da qualidade dos serviços executados.

Um grande desafio da unidade refere-se à sensibilização da alta administração para fortalecimento da área por meio da formação de uma equipe qualificada, motivada e preparada para atender as demandas de gestão, melhorar a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços prestados. A redução na força de trabalho da equipe de auditoria ao longo dos anos impactou diretamente a execução das ações previstas. Nesse contexto, a autoavaliação proporcionada pelo modelo de maturidade do IA-CM possibilitou a elaboração de um plano de ação que ajudou no processo de sensibilização da alta administração.

Com as mudanças provocadas devido à pandemia de Covid-19 foi necessário que a auditoria se adaptasse ao novo cenário e foram capazes de realizar os trabalhos e reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes para os relatórios. O uso da tecnologia no compartilhamento de dados e na realização de reuniões virtuais foram essenciais, proporcionando um impacto positivo com uma economia significativa com gastos com diárias e passagens.

Em relação ao Programa de Integridade, no exercício de 2021, o Ibama participou dos trabalhos decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que prevê a Revisão da Política de Governo Aberto Brasileira incluso as discussões de Integridade Pública. O estudo teve como objetivo prestar assistência e apoiar o avanço da agenda de governo aberto no Brasil, de acordo com a Recomendação do Conselho da OCDE.

Cabe ressaltar que as auditorias operacionais, apesar de não constarem efetivamente do Plano de Gestão de Riscos do Ibama, contribuíram para um conhecimento mais aprofundado dos riscos existentes e respectivos controles nos processos relacionados ao Cadastro Técnico Federal e Gestão de Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), no instante que também implementam continuamente o aprimoramento qualitativo e consubstancial das ações de auditoria interna e do aperfeiçoamento de técnicas e de métodos de trabalhos.

As auditorias de conformidade, ao identificarem falhas relacionadas aos critérios legalmente definidos, proporcionaram a identificação de controles internos que precisariam ser aperfeiçoados. Nesse sentido, foram emitidas recomendações aos gestores para que adotem medidas visando sanar as falhas identificadas e, em determinadas situações, estructure instrumentos atingindo a causa associada. Tais recomendações visam contribuir para o fortalecimento da gestão resultando em benefícios não financeiros, a partir da proposição de melhorias nos controles internos e de mitigação dos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos institucionais do Ibama, ou até mesmo na mensuração de eventuais benefícios financeiros considerando a recuperação de despesa financeira realizada sem respaldo legal.

Ainda em relação às recomendações emitidas pela Auditoria Interna, diante da taxa de atendimento por parte do gestor, considerando que o Ibama definiu o índice de atendimento às recomendações da Auditoria Interna como indicador de

suas metas intermediárias, ações voltadas à sistematização do monitoramento das medidas adotadas pelas diversas unidades da Autarquia em face das recomendações emitidas proporcionaram um atingimento de 86 % metas referente às de recomendações atendidas pela sede e 78% referente às recomendações das superintendências.

Não obstante as dificuldades enfrentadas pela Auditoria Interna, relativamente à sua exígua estrutura de recursos humanos, acredita-se que a unidade cumpriu suas competências regimentais no ano de 2021, ao assistir à organização na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias nos controles internos administrativos e ao elaborar soluções mitigadoras dos riscos identificados; contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de fortalecimento da governança e da integridade corporativa e de aprimoramento à gestão.



Anexo I - Quadro resumo da execução dos serviços de auditoria realizados em 2021

ID	Tipo de Serviço	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Situação	Relatório
1	Avaliação	Auditoria de Gestão SUPES-RS	Avaliação da gestão das SUPES envolvendo aspectos finalísticos e de conformidade de contratos, assim como avaliação do cumprimento das recomendações expedias pela AUDIT/IBAMA	finalizado	3/2022
2	Avaliação	Auditoria de Gestão SUPES-MG	Avaliação da gestão das SUPES envolvendo aspectos finalísticos e de conformidade de contratos, assim como avaliação do cumprimento das recomendações expedias pela AUDIT/IBAMA	finalizado	27/2021
3	Avaliação	Auditoria de Gestão SUPES-RJ	Avaliação da gestão das SUPES envolvendo aspectos finalísticos e de conformidade de contratos, assim como avaliação do cumprimento das recomendações expedias pela AUDIT/IBAMA	finalizado	2/2022
4	Avaliação	Auditoria de Gestão SUPES-SP	Avaliação da gestão das SUPES envolvendo aspectos finalísticos e de conformidade de contratos, assim como avaliação do cumprimento das recomendações expedias pela AUDIT/IBAMA	finalizado	28/2021
5	Avaliação	Auditoria de Gestão SUPES-BA	Avaliação da gestão das SUPES envolvendo aspectos finalísticos e de conformidade de contratos, assim como avaliação do cumprimento das recomendações expedias pela AUDIT/IBAMA	finalizado	4/2022
6	Avaliação	Auditoria de Gestão SUPES-PA	Avaliação da gestão das SUPES envolvendo aspectos finalísticos e de conformidade de contratos, assim como avaliação do cumprimento das recomendações expedias pela AUDIT/IBAMA	finalizado	01/2022



ID	Tipo de Serviço	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Situação	Relatório
7	Avaliação	Auditoria de Gestão SUPES-AM	Avaliação da gestão das SUPES envolvendo aspectos finalísticos e de conformidade de contratos, assim como avaliação do cumprimento das recomendações expedidas pela AUDIT/IBAMA	finalizado	24/2021
8	Avaliação	Auditoria de Gestão SUPES-MA	Avaliação da gestão das SUPES envolvendo aspectos finalísticos e de conformidade de contratos, assim como avaliação do cumprimento das recomendações expedidas pela AUDIT/IBAMA	finalizado	05/2021
9	Avaliação	Auditoria de Conformidade no contrato 01/2020 firmado por inexigibilidade que trata da prestação de serviços postais, telemáticos e de correspondência agrupada que são exercidos pela ECT.	Avaliação da execução e gestão do contrato conforme a legislação vigente	finalizado	17/2021
10	Avaliação	Auditoria de Conformidade no contrato 07/2020 firmado por pregão que trata do fornecimento de serviços continuados de assistentes administrativos e carregador de material, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.	Avaliação da execução e gestão do contrato conforme a legislação vigente	finalizado	19/2021
11	Avaliação	Auditoria de Conformidade no contrato 22/2019 firmado por pregão que trata da Implantação de solução de modernização de ambientes do Ibama.	Avaliação da execução e gestão do contrato conforme a legislação vigente	finalizado	29/2021



ID	Tipo de Serviço	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Situação	Relatório
12	Avaliação	Auditoria de Conformidade no contrato 31/2019 firmado por pregão que trata de aquisição de ultrabook.	Avaliação da execução e gestão do contrato conforme a legislação vigente	Concluído	18/2021
13	Avaliação	Auditoria de Conformidade no contrato 48/2018 firmado por pregão que trata da Locação de veículos utilitários, sem motorista, com fornecimento de combustível e pagamento mensal fixo mais quilometragem livre rodada.	Avaliação da execução e gestão do contrato conforme a legislação vigente	Concluído	08/2022
14	Avaliação	Auditoria Operacional na gestão dos Centros de Tratamentos de Animais - CETAS	Avaliação do Macroprocesso dos trabalhos relacionados com o intuito de identificar os riscos operacionais e os possíveis controles	Concluído	10/2022
15	Avaliação	Auditoria Operacional na gestão Cadastro Técnico Federal	Avaliação do Macroprocesso dos trabalhos relacionados com o intuito de identificar os riscos operacionais e os possíveis controles	Concluído	12/2022
16	Avaliação	Auditoria Operacional nas concessões de diárias e passagens, registradas no SCDP	Avaliação da regularidade das concessões de diárias e passagens, registradas no SCDP a partir de 01/01/2019, pela alta direção.	Concluído	11/2022